

As contribuições do conceito de pacto narcísico da branquitude para as análises organizacionais

Autoria

Janaine dos Santos Braga - janainebrg@gmail.com

Josiane Silva de Oliveira - oliveira.josianesilva@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGADM / UFG - Universidade Federal de Goiás

Prog de Pós-Grad em Admin - PPA / UEM - Universidade Estadual de Maringá

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq e a Fundação Araucária pelo financiamento da pesquisa

Resumo

Esse trabalho possui como objetivo discutir contribuições do conceito de pacto narcísico da branquitude para as análises organizacionais. Com o auxílio dos trabalhos produzidos por autores como Guerreiro Ramos, Lourenço Cardoso e Lia Schucman, buscaremos compreender como Maria Aparecida Bento (2002) compreendeu esse conceito como algo que se liga diretamente com as relações de poder estabelecidas pela branquitude em nossa sociedade, especificamente nas organizações. Aliado ao entendimento de conceitos chave para a análise - como raça e branquitude - buscaremos compreender como esse conceito central de pacto narcísico pode afetar as relações de trabalho, bem como a forma que as organizações no Brasil estão determinadas. Como resultado da pesquisa, destacamos quatro categorias analíticas do pacto narcísico da branquitude que são especialmente mobilizados nas organizações: invisibilização, silenciamento, omissão e união.

As contribuições do conceito de pacto narcísico da branquitude para as análises organizacionais

Resumo

Esse trabalho possui como objetivo discutir contribuições do conceito de pacto narcísico da branquitude para as análises organizacionais. Com o auxílio dos trabalhos produzidos por autores como Guerreiro Ramos, Lourenço Cardoso e Lia Schucman, buscaremos compreender como Maria Aparecida Bento (2002) compreendeu esse conceito como algo que se liga diretamente com as relações de poder estabelecidas pela branquitude em nossa sociedade, especificamente nas organizações. Aliado ao entendimento de conceitos chave para a análise - como raça e branquitude - buscaremos compreender como esse conceito central de pacto narcísico pode afetar as relações de trabalho, bem como a forma que as organizações no Brasil estão determinadas. Como resultado da pesquisa, destacamos quatro categorias analíticas do pacto narcísico da branquitude que são especialmente mobilizados nas organizações: invisibilização, silenciamento, omissão e união.

Palavras-chave: Raça. Pacto narcísico da branquitude. Análises organizacionais.

1 Considerações iniciais

Segundo Gonzalez (1984), o Brasil é um país africanizado, apesar de instaurar e construir diariamente obstáculos em relação a isso. A autora acrescenta que as raízes inconscientes do nosso país se fundamentam basicamente em noções europeias e brancas e, constantemente, o brasileiro ao buscar se identificar com essa cultura embranquecida, se negando a pertencer a quaisquer traços que o vincule a cultura amefricanizada.

Dentro dessa discussão se mostra necessário encontrar maneiras de desmobilizar o preconceito e a discriminação racial, fazendo com que a população negra possa ocupar espaços sociais que lhes foram negados historicamente e que são negados até os dias de hoje. De acordo com Akotirene (2018), para subverter essa lógica de opressão internalizada conforme a vivência em sociedade, é preciso entender o conceito de raça, classe e gênero, saber interpretar os identitarismos e entender a matriz colonial moderna - ou seja, como a colonização interfere nos dias de hoje e quais as outras formas que ela assume, a exemplo de fixar populações não-brancas em locais de exploração/opressão. Também é importante analisar as questões interseccionais para além do que se sabe nas Américas e perceber que as histórias de migração forçada de africanos e africanas são essenciais para essa compreensão de nossa organização social, embora apagadas historicamente (AKOTIRENE, 2018).

Dessa forma, no Brasil existe uma dificuldade em falar sobre raça, fazendo com o debate sobre a desigualdade racial e a marginalização de pessoas negras não seja discutida também no mundo do trabalho (BENTO, 2002). Apesar dessa discussão ter alcançado alguma relevância nos últimos anos, é muito comum que quando o assunto é a temática da desigualdade ele seja alinhado a um problema de classe, deixando de lado o fator racial, enfatizando questões econômicas como “essência” das relações de exploração em nossa sociedade. Isso faz com que exista uma não responsabilização e uma isenção da população branca frente ao racismo (BENTO, 2002). É devido a esse lapso teórico nos estudos organizacionais que buscaremos preencher com essa pesquisa.

Em termos sociais, a branquitude, se constituiu como um termo que se refere a forma de identidade racial organizada na história como um constructo ideológico de poder que universaliza a identidade branca e marginaliza outras raças, etnias e culturas (SCHUCMAN, 2012). No estudo feito por Bento (2002), essa categoria racial se mostra extremamente importante. Isso porque são evidenciadas as formas como ela atravessa o ambiente de trabalho e molda as relações organizacionais. Nesse sentido, a branquitude é fundamental para o desenvolvimento de uma espécie de pacto entre os membros desse grupo chamado Pacto Narcísico da Branquitude, conforme discute e criado por Maria Aparecida Bento.

Nessa pesquisa, buscaremos compreender de que forma o Pacto Narcísico da Branquitude (BENTO, 2002) influencia na dinâmica organizacional. Para isso, iniciaremos a discussão fazendo uma abordagem qualitativa sobre como é visto o conceito de raça dentro dos estudos acadêmicos. Em seguida, analisaremos qual o significado do conceito de branquitude, suas características e sua importância para o entendimento das formas de relação interpessoal na sociedade. Após isso, discutiremos o conceito de Pacto Narcísico elaborado por Bento (2002), quais suas características, como ele aparece na sociedade brasileira e quais as consequências dele para a população negra. Posteriormente, analisaremos o impacto deste pacto nas organizações e como ele é utilizado a fim de excluir determinado grupo racial desse espaço.

2 O que é raça

Segundo Cardoso (2008) a utilização desse termo raça, por muito tempo foi atrelada à questão biológica da espécie, como se houvesse mais de uma raça humana e, consequentemente, sendo utilizada essa noção para legitimar e justificar preceitos que elucidavam a superioridade racial da raça branca (CARDOSO, 2008). No entanto, afirma o referido autor, com o passar dos anos e conforme a questão racial foi sendo colocada em pauta cada vez mais fortemente por pessoas negras e movimentos sociais, o termo passou por uma resignificação que o subverteu em relação à noção criada antes pelo opressor, criando a seu respeito uma forma emancipatória de utilização do conceito.

Dessa forma, o significado e o sentido atribuído à utilização do termo raça foi mudando conforme o tempo e, devido a isso, atualmente o conceito é utilizado comumente em produções acadêmicas e não-acadêmicas. Cardoso (2008) aponta que o século XX foi um período de extrema utilização do termo em sentidos biológicos, isso devido à primeira e à segunda guerra mundial, à ideia de raça superior de Hitler e a constante produção científica a respeito das diferenças anatômicas entre brancos e negros.

Na sociedade brasileira, também estavam muito presentes as concepções de superioridade racial, ideologia do branqueamento e políticas de embranquecimento da população. A ideia difundida pela elite brasileira era de que toda a cultura ocidental e branca era superior às outras formas de cultura – negra – que eram ditas inferiores. Também, nessa época, surgiram diversas políticas e ideias que rechaçavam o relacionamento entre brancos e negros na medida em que isso teria como resultado a mestiçagem e, consequentemente, a degeneração da raça branca ao se misturar com a raça negra. Cardoso (2008) aponta que Gobineau, personalidade marcante no que tange esses pressupostos, afirmava que essa mistura de raças levaria ao declínio das civilizações e a extinção da humanidade.

No entanto, após a extinção da escravidão, uma das formas de apagar a população negra do Brasil foi justamente a mestiçagem, que foi tanto rejeitada por Gobineau no século XX (CARDOSO, 2008). Nesse momento, outros estudiosos defendiam outras ideias de superioridade racial. Muitos deles afirmavam que a raça branca, no processo da mestiçagem, iria se sobrepor a raça inferior e eliminá-la no decorrer das gerações e esse tipo de pensamento foi levado à institucionalização, sendo pensado em assembleias legislativas propostas de branqueamento (CARDOSO, 2008).

É fundamentado nessas teorias que ocorre a política de facilitação de migrações de pessoas de várias partes da Europa para o Brasil: portugueses, italianos, espanhóis. Essa política evidencia ainda mais a ideologia do branqueamento já que, ao facilitar a migração de europeus para o Brasil, nota-se que o problema realmente era o negro, e não a vinda de outros povos para o Brasil, já que a migração destes em específico não era bem quista no país, fazendo com que assim, o mestiço se configurasse em uma oportunidade de progresso do país que sustentaria a superioridade moral, biológica e cultura (CARDOSO, 2008).

Segundo Furtado (2005), o financiamento da imigração de estrangeiros para o Brasil

não possuía justificativa econômica suficiente e, na realidade, pautava-se fortemente na crença de uma superioridade europeia ocupada puramente de um caráter essencialista que era a solução para o alavancar o desenvolvimento do país. Para o autor, “pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda.” (FURTADO, 2005, p. 131). Furtado (2005) aponta também para o fato de que existia um pensamento muito comum na sociedade de que a abolição da escravidão geraria um empobrecimento no setor da elite do país, já que o escravo era considerado uma riqueza e esta seria “perdida”. Com base nisso, ele faz uma relação entre a reforma agrária e a reforma gerada pela mudança na organização da produção com o fim do modelo escravocrata e aponta para as consequências que esse fim acarretou na vida da população negra agora liberta.

Segundo Lélia Gonzalez (1988), por causa da ideologia do branqueamento, nas sociedades latinoamericanas, os povos não-brancos foram mantidos em posições subalternas, essas alimentadas por dispositivos ideológicos que estabelecem novamente o mito da superioridade branca, o qual desconstrói a identidade racial e internaliza preceitos racistas. Por causa disso, é necessário que sejam encontradas maneiras de fortalecer a identidade não-branca e é por isso que o movimento negro e o movimento por direitos civis dessas populações, nos países em que a segregação se manifestou/manifesta mais intensamente, é mais ativo e promove discussões mais amplas (GONZALEZ, 1988).

Fernandes (1920-1995) foi um importante estudioso no que diz respeito às relações raciais e à desmistificação desse conceito de democracia racial. O sociólogo, em conjunto com Fernando Henrique Cardoso (1931-) e com Octávio Ianni (1926-2004), apontou de forma incisiva para os fatos que desmentiam a concepção de uma escravidão que foi harmoniosa e resultou nas ideias de Freyre (1900-1987). Devido às pesquisas desses autores, a academia brasileira foi, com o tempo, reconhecendo a existência do racismo, apesar da democracia racial ainda persistir no imaginário popular.

Durante esse tempo de pesquisa, o movimento negro atuava como protagonista na luta antirracista apontando para os privilégios, vantagens e benefícios da população branca ao passo que demarcava também as injustiças e as desvantagens sofridas pela população negra. Nesse momento, o movimento passa a exigir e propor diversas políticas de promoção da igualdade racial, culminando no reconhecimento oficial do governo da existência do racismo em 1995, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 2008), bem como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Dessa forma, essas organizações passam a delinear, em conjunto, por meio de debates, discussões e encontros, caminhos para implementação das Políticas de Ações Afirmativas, as quais tinham como finalidade colocar em situação de igualdade grupos que foram historicamente desfavorecidos e ultrapassar os limites formais realizando-se materialmente.

3 O que é branquitude

Schucman (2012) discute a branquitude não somente se referindo a uma questão biológica mas sim a uma questão simbólica e de poder que permite a ocupação de determinadas posições e lugares sociais e, ainda, como um constructo ideológico que universaliza tudo que é branco e marginaliza o que foge a isso. Ou seja, para compreender melhor esse conceito, deve-se levar em consideração a forma com que foram construídas as estruturas de poder e como ela pode produzir efeitos materiais. É necessário analisá-la em relação ao cotidiano, as práticas realizadas por pessoas brancas e como essas práticas atingem a estrutura social e colaboram para a perpetuação das discriminações raciais.

Schucman (2012) discute os conceitos de privilégio material e privilégio simbólico em relação a branquitude. Privilégios materiais seriam mais relacionados às vantagens em

relação à habitação, hipoteca, educação, oportunidades de emprego, acesso ao sistema de ensino e poder institucional. Já os privilégios simbólicos se referem aos benefícios que a classificação racial traz e se relaciona intimamente com a significação atribuída à questão de superioridade que gera privilégios aos que pertencem a esse grupo.

[...] podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste habitus racista que perpassa toda a nossa sociedade. (SCHUCMAN, 2012, p. 29).

No Brasil, ser branco, ao contrário de ser negro, não está fortemente vinculado à questão biológica e fenotípica, mas sim à uma perspectiva com um caráter mais simbólica que aponta para os lugares sociais que ocupados (SCHUCMAN, 2014). Se aproximar da branquitude de forma biológica garante aos indivíduos um alcance social e uma possibilidade de vivência mais ampla e sem obstáculos e é por esse motivo que as estratégias de embranquecimento são recorrentes.

Cardoso (2020) aponta para a existência de dois tipos de grupos dentro da branquitude: a branquitude crítica e a branquitude acrítica. O primeiro grupo se refere àqueles que conseguem reconhecer o racismo perpetuado pelo grupo branco no geral e se manifesta de forma pública contrário a essas expressões. No entanto, esse grupo crítico entra em um conflito muito grande quando se depara com as questões que se referem às relações raciais, pois é nesse momento em que eles se deparam com o racismo como uma construção que é posta desde o nascimento dos indivíduos e que, dessa forma, eles sendo pessoas brancas, também são partes fundamentais nessa construção.

Já o outro grupo, da branquitude acrítica, pode ser caracterizado como uma classe que sustenta argumentos sobre a superioridade racial branca (por exemplo, grupos neonazistas) e que não condena e nem repreende atos racistas e discriminatórios na sociedade, tomando uma posição passiva e de convivência com o que está acontecendo. Nessa posição, a branquitude acaba por perpetuar e legitimar a discriminação racial, comungando silenciosamente com esses ideais. Esse grupo sustenta muitos dos seus argumentos sobre superioridade racial em bases biológicas, assim como em meados do século XX o Brasil possuía estudos eugenistas e higienistas influenciando a sociedade no geral.

Similarmente, tecendo discussões sobre esse tema, Maria Aparecida da Silva Bento (2002) definiu o conceito de branquitude como um lugar hierárquico concreto e simbolicamente, constituído por privilégios, benefícios e poder dentro da sociedade e da classe dominante. A branquitude pode ser enxergada como uma forma de territorialidade que não abre margem para a entrada de pessoas que não sejam brancas. Algumas características notadas dentro dessa posição é a dificuldade desse grupo se ver como racializado, a estigmatização do grupo do outro, a omissão diante da violência que esse outro grupo sofre e o silêncio perante as desigualdades vistas. A branquitude tem a tendência de construir uma narrativa que culpabiliza pessoas negras pelas suas próprias condições socioeconômicas, sem levar em consideração a história do país.

Bento (2002) também traz o conceito de “pacto narcísico” que está relacionado aos diversos componentes de autopreservação grupal que colocam o grupo branco como referência. Quando questões raciais são colocadas em pauta, nota-se que o grupo branco se esquivava e se omite em relação à responsabilidade pelas desigualdades raciais e sociais vigentes na sociedade. Isso atua como uma espécie de neutralidade que preserva os indivíduos e admite a branquitude como uma posição de silenciamento e esquecimento, porém, isso não se realiza de forma inocente, mas sim deforma teleológica que permite o não questionamento da posição de poder ocupada, que se relaciona significativamente com a ideia de “homem universal”. Por exemplo, quando se fala de um homem negro, existe a necessidade de adicionar a palavra “negro” junto a palavra “homem”, porém, quando se

fala de um homem branco, somente se fala “homem”.

Dentre as maiores características do pacto narcísico, o silenciamento é a que age como forma de conformação entre os integrantes do grupo branco. Essa característica causa determinado impacto na consciência que, conforme Guerreiro Ramos (1995), é denominada “patologia do branco”, a qual é consequência da produção de estruturas racistas que, internalizadas, produzem subjetividades que influenciam de forma singular no modo de compreender a realidade. Essa patologia tem como principal característica a projeção da própria identidade para o outro e aversão aos componentes da personalidade, da cultura e da vivência do outro - o negro, no caso.

O pacto narcísico é tão bem estruturado na sociedade que não permite nenhuma discussão ou questionamento de pessoas brancas em relação às suas posições hierárquicas na sociedade, conforme discute Bento (2002). A autora destaca que é como se o pacto fosse algo intrínseco às relações sociais e, dessa forma, não necessitasse de nenhuma elaboração para existir. Essa característica permite com que as pessoas que usufruem do pacto narcísico estabeleçam uma ordem que, devido à extrema coesão gerada pelo sentimento de grupo, não abre espaço para discutir sobre a realidade social. Muitas pessoas brancas conseguem reconhecer a existência da desigualdade social, porém, não reconhecem a desigualdade racial. A elaboração destas, por causa do pacto narcísico, não permite compreender essa esfera, pois isso significa colocar em debate a posição em que as pessoas brancas estão e como elas contribuem para a manutenção de uma sociedade racista. Para evitar alcançar essa discussão, é comum que pessoas brancas impeçam a entrada de pessoas negras em locais tradicionalmente ocupados por pessoas brancas, como no topo de organizações, por exemplo. Dessa forma, podemos entender a omissão como uma forma de fugir à responsabilização pela manutenção do status quo na sociedade, assim como podemos entender o silêncio das pessoas brancas sobre o racismo como uma forma eficaz encontrada para evitar pensar sobre a posição ocupada.

4 Pacto narcísico da branquitude

O pacto narcísico é um conjunto de ações comuns entre pessoas brancas que tem como objetivo final evitar quaisquer possíveis mudanças que possam ocorrer em relação à ocupação de posições em determinados lugares da sociedade (BENTO, 2002). Este pode conter diversos elementos característicos para além da omissão e do silenciamento que já foram elucidados na sessão anterior. Um deles é o reconhecimento, entre essas pessoas, da existência da desigualdade racial, porém, este vem acompanhado de condenações em relação às mudanças reais que viabilizariam uma diminuição considerável, a longo prazo, dessas desigualdades. Um exemplo muito comum é a desaprovação em relação ao sistema de cotas raciais e a crença em uma ideia de que essa política possui caráter assistencialista. Porém, o que se percebe por trás dessa justificativa é o crescimento de um medo relacionado à ocupação de espaços tradicionalmente embranquecidos e uma ameaça iminente em relação ao conforto e à comodidade que ocupar esses espaços traz.

Ainda nesse sentido, outra característica marcante do pacto narcísico da branquitude é a territorialização. Essa se refere aos sentimentos de desconforto, estranhamento, irritação e incômodo que pessoas brancas sentem ao ver pessoas negras ocupando locais onde historicamente lhes foram distantes. Segundo Bento (2002), quanto maior a aproximação do negro de uma posição melhor, maior o incômodo gerado e maior a formação de alianças entre pessoas brancas para manter seus privilégios e não permitirem com que essa pessoa negra saia do lugar que lhe é atribuído racialmente. É nesse momento que as pessoas brancas são tomadas por um medo gigantesco da ocupação do “seu” território e, dessa forma, também resiste a qualquer mudança (que se relaciona diretamente com a manutenção do status quo) que pode surgir com a reflexão sobre suas características de branquitude. Assim,

os brancos tendem a ignorar esses elementos constituintes da sua própria identidade racial, a fim de evitar suas responsabilizações sobre sua participação no âmbito da discriminação racial e qualquer medida que faça com que essa esfera seja colocada em debate é rapidamente vista como uma violação aos seus direitos.

O pacto narcísico se consolida muito fortemente a união do grupo branco. A partir disso se solidifica uma espécie de solidariedade entre eles que tem como função preservar a unidade grupal e estranhar o que é diferente e de fora. A rejeição ao outro age como um dispositivo que evoca laços emocionais positivos (BENTO, 2002) e que fortalece a noção de “nós” do grupo fazendo com que haja uma imersão da imagem de si na imagem do grupo, induzindo à defesa dos valores grupais e protegendo essa organização de possíveis ameaças.

A partir dessa exclusão do outro que não se enquadra nas características necessárias para fazer parte do grupo surge um distanciamento psicológico muito grande que pode ocasionar em uma desvalorização do outro e, consequentemente, legitimar injustiças e explorações na esfera social. Um exemplo é o favorecimento de pessoas brancas dentro de entrevistas de emprego, que demonstra muito bem como se dá o apoio e o fortalecimento aos iguais a fim de evitar que pessoas negras possam ascender e, consequentemente, evitar o sentimento de agressão que essa ascensão pode trazer.

A omissão, distorção e silenciamento sobre relações raciais e, principalmente, sobre a branquitude e seus modos de operação na sociedade, funcionam como fortes componentes narcísicos para a finalidade de autopreservação do grupo. Ao não discutir esses assuntos, o branco se esquia de lidar diretamente com os seus benefícios em uma sociedade racista e se permite invisibilizar algumas coisas que podem afetar negativamente interesses do grupo.

O Estado brasileiro ao criar políticas que direcionavam recursos à vinda de imigrantes europeus para o Brasil (FURTADO, 2005), age de acordo com o pacto narcísico. A imigração europeia também teve como objetivo, segundo Schucman (2012): a) ‘Europeizar’ as cidades, fazendo com que elas se desenvolvessem de forma semelhante aos moldes europeus; b) Manter a territorialidade de pessoas brancas, assegurando a ocupação das mesmas nos espaços sociais, ao passo que impedia que pessoas negras de ocupar esses mesmos espaços, à negava direitos civis e políticos e retirava a possibilidade de participação das mesmas nas esferas públicas; c) Contribuir, alinhada ao Estado, para o sucesso da estratégia de embranquecimento populacional que objetivava aproximar a população do país a fenótipos característicos da branquitude; d) Desqualificar a mão de obra dos recém libertos a fim de marginalizar essa população e afastá-la dos centros urbanos.

Kanaan (2013) reflete sobre a questão imigratória mais relacionada a imigração de italianos. Nessa discussão, ela aponta para o objetivo por trás da vinda desse grupo de pessoas, a qual se pautava no interesse de atrelar o país à superioridade dos recém-chegados em relação a cultura, vontade de trabalhar, socialização, à essência relacionada ao saber-fazer e a capacidade de obter bons resultados. O governo objetivava uma nova forma de produção e, diferente da produção em grandes terras que era comum naquela época do Brasil, decidiu por implantar um loteamento de pequenas propriedades. Com isso, os imigrantes adquiriram esses locais e foram incentivados a produzir produtos diversos com mão de obra familiar e para consumo interno resultando no crescimento de comunidades e desenvolvimento industrial que permitiu o atrelamento da ideia de progresso devido a força de trabalho imigratória daquela localidade (KANNAAN, 2013).

Nesse momento, os imigrantes começavam a construir sua identidade que, principalmente, se pautava em sua superioridade em relação aos brasileiros, os quais eram vistos como preguiçosos e sem cultura de trabalho (KANNAAN, 2013). Segundo a autora citada anteriormente, nessa época, os brasileiros estavam imersos no mito do homem cordial, conceito criado por Sérgio Buarque de Holanda, e ainda, alinhados à ideia de ociosidade. Os italianos, pelo contrário, se ocuparam do posto de trabalhadores e construíram

com isso um ideário social que os vinculava ao progresso e ao desenvolvimento econômico ao passo que colocava os brasileiros no oposto disso. Ainda, Segundo Schucman (2012, apud Weinstein, 2003), a notória imigração em São Paulo, por exemplo, fez com que a identidade paulistana fosse associada não somente ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do centro urbano, mas sim ao embranquecimento e a marginalização do papel dos afro-brasileiros em relação a construção da nação, exemplificando bem como a branquitude opera no que se refere ao apagamento, a exclusão e ao atrelamento de negros a figura de Outro.

Outro âmbito que merece destaque é a academia. A elite brasileira buscou na Europa trabalhos que teorizaram sobre a questão racial no Brasil, porém os estudos focaram majoritariamente na preocupação sobre a influência negativa que a presença da população negra no país poderia ter na busca por uma identidade nacional (LABORNE, 2014). Esse movimento gera uma espécie de dualidade que admite a população negra como objeto de estudo e brancos como pesquisadores. No entanto, conforme foi sendo possível a entrada de pesquisadores negros nos ambientes acadêmicos, essa relação passou a ser questionada.

Entre as diversas características da colonização, uma que deve ser apontada é a demarcação das diferenças entre colonizador e colonizado a fim de utilizá-la como justificativa para as relações de dominação. A partir da perspectiva eurocêntrica, a naturalização das diferenças tem como consequência a afirmação de que existem raças superiores e inferiores, fazendo com que a construção dessa ideia dualista legitime a invalidação de outras formas de vivência, lugares, produções, histórias e culturas.

Segundo Laborne (2014), as relações de poder não estão somente focadas nas práticas sociais e podem se dar também dentro do âmbito do conhecimento. Nesse sentido, é indispensável questionar o poderio que a Europa criou sobre as formas de conhecimento e a produção do saber e entender que boa parte desse processo se deu de forma violenta e, muitas vezes, com a repressão e apagamento das produções e dos conteúdos produzidos pelos povos colonizados, impedindo a expressão de suas subjetividades. No Brasil, a autora afirma que a europeização se mostra muitas vezes pela “utilização acrítica de muitas noções e conceitos coloniais e racistas” (LABORNE, 2014, p. 53), demonstrando o quanto a colonização afetou a transmissão dos saberes.

5 Pacto narcísico da branquitude nas organizações

Como já abordado anteriormente, vimos que o Pacto Narcísico da Branquitude (BENTO, 2002) é um mecanismo que pode ser utilizado em diversos ambientes e, nesse sentido, o ambiente organizacional pode se configurar como um espaço propício e muito fértil para o desenvolvimento dessas práticas. Dentro de uma organização, os níveis hierárquicos em conjunto com a dinâmica competitiva capitalista podem se mostrar um local rico em reproduções de ações prejudiciais, abusivas e discriminatórias, sendo nesse caso, incluídas as questões que se referem à raça, visto que a própria constituição dos modos de nos organizarmos socialmente tem no sistema escravagista suas bases de constituição.

As relações raciais se configuram como um terreno muito importante para o debate devido a história e a herança escravagista brasileira, que o torna relevante para a compreensão dos elementos que constituem as formas de socialização na estrutura da sociedade. Dentro das organizações, os elementos raciais que compõem os arranjos do ambiente de trabalho estão diretamente relacionados com a não responsabilização, a isenção e o não questionamento da branquitude sobre a ocupação desses espaços e sobre os seus privilégios no geral. Isso faz com que cada vez mais as pessoas negras sejam escamoteadas em vários ambientes organizacionais, já que não existem preocupações internas nestes locais quanto a isso e muito menos a disposição de fazer com que essa realidade mude.

Bento (2002) afirma que as dimensões subjetivas que estão impregnadas nas avaliações empresariais, por exemplo, dão lugar a muitas práticas discriminatórias nas

decisões que partem delas, afetando de forma intensa e parcial a inserção de pessoas negras dentro da instituição. A autora aponta que, muitas vezes, não estão evidentes as estruturas burocráticas nas quais se amparam as decisões da empresa, porque, normalmente, elas estão amparadas em acepções individuais e preconceituosas, gerando por consequência um costume de evitar discutir sobre discriminações nesse espaço, o que acaba o tornando um ambiente permeado por questões de classe, de gênero e de raça invisibilizadas.

No ambiente de trabalho, a mudança em uma estrutura historicamente posta onde a branquitude ocupa os cargos mais altos e detém a maior porcentagem de trabalhadores, são necessárias séries de medidas para a diminuição da desigualdade. No Brasil, o próprio Estado possui uma história de discriminação e genocídio direcionado à população negra e, devido a isso, reverberam em outras esferas da sociedade consequências que possibilitam a reprodução desse paradigma racista. Dessa forma, todas as contradições postas e disseminadas na sociedade, seja de forma aberta ou silenciosa, são concretizadas historicamente pelo ser humano durante a história, fazendo com que o sistema de referências e, até mesmo, algum modo de pensar sejam transmitidos carregados de vieses e perspectivas. Estas, no contexto brasileiro, estão repletas de preconceitos e discriminações que afetam, por vezes, indiscriminadamente, o ambiente das organizações.

Nomeada como ‘discriminação institucional’, Bento (200) reflete sobre as práticas racistas incorporadas dentro do ambiente de trabalho que ocorrem de forma cotidiana e velada. A existência desses episódios dentro das organizações traz a tona a discussão sobre intencionalidade, porém, os comportamentos geralmente não vistos como nocivos podem gerar consequências nocivas a uma população minoritária nos espaços organizacionais e, ainda, deve-se levar em consideração o fato de que em muitas empresas a manutenção da não existência de pessoas negras em cargos mais altos é uma forma de manter a situação de desigualdade, por exemplo (consciente ou não).

Bento (2002) reflete sobre as problemáticas que transpassam a falta de discussão sobre relações raciais no ambiente de trabalho. Dentre elas, a autora aponta para alguns exemplos que merecem ser destacados: 1) A naturalização da desigualdade racial, a qual vincula o negro à posição de subalternidade dentro do mercado de trabalho; 2) O caráter mutável do branco na história da humanidade e, consequentemente, a fixação do negro no passado escravagista; 3) A hierarquização de opressões, onde existe uma tendência a colocar o problema de classe acima do problema de raça e uma dificuldade de enxergar as opressões como simultâneas; 4) A discussão sobre raça ser vista como um tabu e; 5) A necessidade de manter os benefícios/privilégios simbólicos que permitem reconhecer que ser branco é algo positivo, enquanto demonstra que, em uma sociedade desigual, não falar sobre raça significa se proteger de responsabilidades sociais.

Todas essas questões contribuem para que não sejam tomadas medidas que permitam a inclusão de pessoas negras dentro das organizações e, para auxiliar nesse processo de exclusão, existem algumas categorias que podem ser elencadas como fundamentais na execução desses mecanismos de funcionamento do pacto narcísico. O quadro 1, a seguir, explicita essas categorias e auxilia na compreensão de como elas atuam:

Quadro 1 – Categorias de operacionalização do pacto narcísico da branquitude nas organizações

Categoria	Modo de operação nas organizações
Invisibilização	Produção do lugar da não visualização da branquitude em relação à sua categoria racial
Silenciamento	Se refere ao não reconhecimento do racismo como opressão realizada pela branquitude
Omissão	Se relaciona a não responsabilização da branquitude frente às desigualdades raciais
União	Sentimento vinculado à necessidade de proteção coletiva da branquitude que tende a se manifestar com o objetivo de preservar seus interesses grupais

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em Bento (2002)

Essas categorias podem aparecer de diversas formas e, quaisquer sejam os arranjos que elas formem entre si, pode-se notar que elas são fundamentais para a reprodução e

manutenção do pacto narcísico dentro das organizações, pois permitem que as questões raciais sejam postas de lado e, dessa forma, sem discutir como as relações raciais afetam as relações de trabalho fica impossível pensar em alternativas e métodos que aproximem a população negra desse espaço e extinga o racismo existente. Esse afastamento da população negra do mercado de trabalho e o direcionamento desse grupo a determinados serviços que são desvalorizados socialmente contribuiu de forma significativa para a fixação dessa população em espaços marginalizados, ao mesmo tempo mantém a população branca em trabalhos muito bem reconhecidos e detentores de poder que permitem que estes ditem os mecanismos que controlam as estruturas sociais.

Para além disso, devido a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, a população negra se vê coagida a buscar dentre os empregos autônomos e sem carteira assinada uma alternativa para a obtenção de seu sustento, no entanto, esses empregos não os garantem uma fonte de renda segura no fim do mês, além de não possibilitar a eles uma aposentadoria com salários dignos. Segundo Bento (2002), a inclusão do trabalhador negro na indústria somente se deu de fato nos anos 30 com a diversificação da produção e com a ampliação do parque industrial. Isso só aconteceu porque a elite brasileira, que não queria trabalhadores negros nos trabalhos, não lutou contra de forma suficiente. Ainda, os imigrantes que vinham para o Brasil também eram de classes menos abastadas e buscavam no país uma nova oportunidade de vida, ou seja, possuíam os mesmos conhecimentos de trabalho rural que os ex-escravizados. No entanto, para justificar a exclusão do negro muitos apelaram para a suposta “[...] superioridade técnica, moral e estética, bem como sua vocação revolucionária” (BENTO, 2002, p. 54) dos imigrantes.

6 Considerações finais

A ruptura da constituição do ambiente organizacional a partir das características mais proeminentes da branquitude é um caminho longo que deve ser percorrido considerando a dificuldade relacionada à persistência de um imaginário social sólido de preconceito racial no contexto brasileiro. No Brasil, as relações raciais não podem ser percebidas sem entrar em contato com a reflexão de como ocorreram as estratégias de embranquecimento da população com o auxílio do Estado e com as características do Pacto Narcísico da Branquitude (BENTO, 2002). Nesse sentido, as discussões referentes a raça no Brasil devem considerar que o país, em sua história de construção pós-abolicionista, teve como parte fundamental no desenvolvimento de sua história uma distorção na memória escravagista brasileira relativas às relações que se estabeleceram entre brancos e negros na época, fazendo com que exista uma espécie de amenização das relações de dominação-exploração do período colonial (THOMAZ, 2018), refletindo até hoje no modo que são pensadas as relações raciais no país.

No contexto brasileiro, nota-se uma tendência a hierarquizar opressões ao invés de entendê-las como simultâneas. Isso ocorre porque, devido à história do país em relação à questão racial - formas de apagamento e invisibilização - a discussão tangente ao campo de raça e cor é enxergada como um tabu e ridicularizada frente às outras formas de opressão existentes. Nesse sentido, é comum que, ao abordar a problemática racial, as consequências do racismo e a influência do preconceito racial nos diversos espaços sociais, haja uma manifestação contrária em relação à afirmação de que exista desigualdade racial no Brasil, fazendo com que seja evocado o tema social ou de gênero. Assim, é importante compreender que, dentro da lógica capitalista, todas as opressões interagem e formam um grande bloco de violências que, dependendo da posição onde o sujeito se encontra, facilita ou dificulta a sua apreensão da realidade e a sua participação na esfera coletiva.

É necessário avaliar os marcadores sociais vigentes no ambiente organizacional, pois, dessa forma, é possível ser feita uma leitura racial sobre aquele espaço e, conseqüentemente, elaborar maneiras de abordar o assunto de uma maneira mais profunda. O entendimento da

influência das múltiplas opressões no ambiente de trabalho permite captar como o racismo, sexismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado afetam a vida dos indivíduos de modo simultâneo. Dessa forma, ao analisar a influência do Pacto Narcísico da Branquitude (2002) nas organizações, podemos destacar que, como em toda a sociedade, o racismo é muito presente nesse ambiente e acaba por afastar determinados grupos desse local e permitir a contínua marginalização de pessoas negras frente ao mercado de trabalho e, perante à isso, os motivos de isso acontecer referentes ao tema proposto, podem ser relacionados às diversas características do Pacto e da branquitude que fazem parte do desenvolvimento e da organização dos processos organizacionais.

Por isso, utilizar-se dos conceitos apresentados como principais norteadores destapesquisa é importante, pois, a partir deles é possível compreender como se estabelecem as relações interpessoais nesse espaço. Assim, pode-se entender a necessidade de abordar a temática racial e adentrar os motivos da existência da desigualdade de forma mais profunda, permitindo que sejam alcançadas maiores compreensões acerca da história brasileira sobre raça e os lugares que são ocupados por determinadas populações.

Referências

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENTO, M. A. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo.
- CARDOSO, L. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- _____. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, p. 99-127, jan./abr. 2016.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, p. 223-244, 1984.
- _____. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.
- KANAAN, B. R. **HOMO FABER: Uma etnografia de práticas de trabalho na Serra Gaúcha/Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RAMOS, A. G. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 215- 240, 1995.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr., 2014.
- THOMAZ, D. O branco que ninguém quer ser: reflexões sobre a construção da identidade racial branca no contexto brasileiro. **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**, Uberlândia, 2018.